

CIRCUITO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL FLUMINENSE: UMA ESTRATÉGIA PARA ALÉM DOS LIMITES TERRITORIAIS

TOURIST CIRCUIT IN FLUMINENSE RURAL SPACE: A STRATEGY BEYOND TERRITORIAL LIMITS

UN CIRCUITO TURÍSTICO EN ZONAS RURALES DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO: UNA ESTRATEGIA MÁS ALLÁ DE LOS LÍMITES TERRITORIALES

Sérgio Monzato de Freitas Júnior¹, Felipe Pereira de Moura², Lucas Rodrigues Souza³, Thiago da Silva Sampaio⁴, Áurea Nascimento de Siqueira Mesquita⁵, Geraldo Magela Matos⁶

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4127

Recibido: 01/12/2025 | Aceptado: 25/12/2025 | Publicación en línea: 29/12/2025.

RESUMO

O espaço rural é bastante diversificado, tendo variadas produções agrícolas, e, também, atividades que não estejam diretamente ligadas à agricultura, o que mostra a pluriatividade existente. Essa diversificação pode ser vista na paisagem e utilizada para que se desenvolva a economia rural de forma sustentável. Sendo assim, a partir de novas formas de geração de renda e emprego, é possível dinamizar e trazer mais fluidez a partir de seu espaço rural. Deste modo, este trabalho de cunho qualitativo visa abordar o desenvolvimento do espaço rural destacando sua pluriatividade como alternativa para o turismo auxiliar a impulsionar o desenvolvimento rural. Com isso, acredita-se que pode auxiliar os atores presentes, nas diferentes esferas, a se articularem e viabilizarem melhores condições para tal. Para tanto, buscou-se articular o conhecimento sobre espaço rural e paisagem rural com observações feitas em trabalhos de campo realizado em regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro – Brasil - feitos pelo autor, tais como Vale do Café, Costa Doce, Serra Verde Imperial, Águas do Noroeste, Caminhos da Serra, Caminhos da Mata, Costa do Sol. Acredita-se que além das diversificadas produções agrícolas, o turismo em espaço rural desponta como uma das possibilidades de crescimento econômico de forma harmoniosa com a natureza. A organização em circuitos turísticos que atuem de forma intermunicipal pode auxiliar a sistematizar e desenvolver mais a atividade, além do próprio espaço rural, ao agir em prol de melhorias e combatendo possíveis gargalos.

¹ Mestre em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: monzatosergio@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4612-5653>

² Mestre em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: felipegeografia@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6396-7756>

³ Mestre em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: prof.dr.lucasgeo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2734-2513>

⁴ Mestre em Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil. E-mail: th.sampaio.uni@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1411-8438>

⁵ Mestre em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: aurea.siqueira@ufpe.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3649-5888>

⁶ Mestre em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: geraldo.matos@ifmg.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2212-0865>

Palavras-chave: Espaço Rural. Turismo em Espaço Rural. Circuito Turístico. Circuito Turístico em Espaço Rural.

ABSTRACT

The rural space is quite diversified, with varied agricultural production, and also activities that are not directly linked to agriculture, which shows the existing pluriactivity. This diversification can be seen in the landscape and used to develop the rural economy sustainably. Therefore, based on new ways of generating income and employment, it is possible to streamline and bring more fluidity from its rural space. Thus, this qualitative work aims to address the development of rural space, highlighting its pluriactivity as an alternative for tourism to help boost rural development. With this, it is believed that it can help the actors present, in different spheres, to articulate and enable better conditions for this. To this end, we sought to articulate knowledge about rural space and rural landscape with observations made in fieldwork carried out in tourist regions of the state of Rio de Janeiro - Brazil - made by the author, such as Vale do Café, Costa Doce, Serra Verde Imperial, Águas do Noroeste, Caminhos da Serra, Caminhos da Mata, Costa do Sol. It is believed that in addition to the diversified agricultural production, tourism in rural areas emerges as one of the possibilities for economic growth in harmony with nature. The organization in tourist circuits that operate inter-municipally can help to systematize and further develop the activity, in addition to the rural space itself, by acting in favor of improvements and combating possible bottlenecks.

Keywords: Rural Space. Tourism in Rural Areas. Tourist Circuit. Tourist Circuit in Rural Areas.

RESUMEN

Las zonas rurales son muy diversas, con una variada producción agrícola, así como actividades no directamente vinculadas a la agricultura, lo que demuestra la pluriactividad existente. Esta diversificación se refleja en el paisaje y se aprovecha para desarrollar la economía rural de forma sostenible. Por lo tanto, mediante nuevas formas de ingresos y la creación de empleo, es posible revitalizar y dinamizar las zonas rurales. Por ello, este estudio cualitativo pretende abordar el desarrollo de las zonas rurales, destacando su pluriactividad como una alternativa al turismo para impulsar el desarrollo rural. Se cree que esto puede ayudar a los actores presentes, en diferentes ámbitos, a coordinarse y crear mejores condiciones para ello. Para ello, el estudio buscó articular el conocimiento sobre el espacio y el paisaje rural con las observaciones realizadas durante el trabajo de campo realizado por el autor en regiones turísticas del estado de Río de Janeiro, Brasil, como Vale do Café, Costa Doce, Serra Verde Imperial, Águas do Noroeste, Caminhos da Serra, Caminhos da Mata y Costa do Sol. Se cree que, además de la producción agrícola diversificada, el turismo en las zonas rurales se perfila como una de las posibilidades de crecimiento económico en armonía con la naturaleza. La organización de circuitos turísticos intermunicipales puede contribuir a sistematizar y desarrollar aún más la actividad, así como el propio territorio rural, impulsando mejoras y combatiendo posibles obstáculos.

Palabras clave: Espacio Rural. Turismo en Zonas Rurales. Circuito Turístico. Circuito Turístico en Zonas Rurales.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O espaço rural já não é mais visto como tendo uma relação dicotômica do urbano por muitos pesquisadores. Antes existia a ideia de o campo ser ligado ao agrícola e essa ruralidade era vista no espaço rural. Existia a ideia de um espaço bucólico, sendo caracterizado como atrasado, frente aos avanços tecnológicos que a cidade apresentava, sobretudo representados nas revoluções industriais. No entanto, com o avanço do capitalismo, ocorreram investimentos maciços no ambiente rural, modernizando e complexificando suas dinâmicas. Houve a chegada de indústrias, de maquinários tecnológicos e de créditos de capitais (sobretudo ligados ao setor agrícola), de infraestrutura, dentre outros fatores.

No entanto, esse processo de avanço do capitalismo não se dá de forma homogênea e ordenada. Cria desigualdades no campo, onde a chegada de tecnologias transforma alguns espaços, enquanto outros se mantêm praticamente inalterados. Somando-se a isso, os conflitos existentes por terra – como a grilagem, expropriações, desmatamento e degradação ambiental – crescem. Esses conflitos alteram as dinâmicas rurais. Com isso, foram surgindo outras atividades no espaço rural não exclusivamente ligadas ao setor agrícola. Essa foi uma forma de os produtores que não seguirem esse avanço tecnológico (seja por não disporem de recursos para isso, ou por manterem uma cultura de preservação, ou outros motivos), poderem sobreviver e resistirem contra a pressão por terras dos grandes latifundiários. Novas ruralidades foram surgindo, alterando a dinâmica e leitura do espaço rural. Dentre as atividades, vêm as que são ligadas ao turismo, ao lazer, segunda residência, dentre outras. Desta forma, a partir do avanço da técnica e do rural não ser mais vinculado exclusivamente à produção agropecuária, começa o rompimento com essa visão dicotômica.

Dentro da perspectiva relação urbano/rural, a ruralidade não pode ser colocada como antônima à urbanidade. As suas concepções caminham na mesma direção. Tanto que Veiga (2004) argumenta que 80% dos municípios do Brasil e 30% da população brasileira são rurais. Abramovey (2000 *apud* Alves 2019) mede a ruralidade a ligando com três elementos: natureza, dispersão populacional e as cidades. A ruralidade vai além da materialidade, incorporando a imaterialidade. Dessa forma, está intrinsecamente ligada à cultura, em que não importa apenas a produção agrícola, mas também se considera o modo de vida, que visa preservar o meio ambiente.

Pode-se ver que as interações espaciais ocorrem de forma a preservar uma paisagem natural, cuja vivência não vê o meio natural como obstáculo, mas como valor natural.

No âmbito econômico, a agricultura urbana (ou periurbana) é uma importante ferramenta para auxiliar a encerrar de vez a visão de oposição entre rural e urbano. A agricultura urbana se encontra dentro do ecossistema urbano, e se relaciona com ele. Além disso, as práticas são, geralmente, tradicionais, até para trazer mais valor sobre a produção. O que mostra, de certa forma, a valorização da natureza, ao empregar menos agrotóxicos, ou até mesmo não os usar. Isso evidencia uma cultura de valorização de hábitos não destrutivos, destoantes da poluição vista nos espaços urbanos e metropolitanos. Ainda há o caso de cidades que dependem dos produtos de agropecuária para o processamento, que irá ocorrer em seu interior, o que demonstra que em alguns casos existe a dependência da cidade no Rural. Outro ponto é o movimento pendular de trabalhadores que saem da cidade para trabalharem no campo, sobretudo que residam em áreas intermediárias. Todos esses fatores evidenciam a complexa relação existente nos espaços em questão, e que é necessário que não se faça uma leitura simples.

O estado do Rio de Janeiro é um território um tanto peculiar. A metrópole concentra grande parte dos investimentos, e o espaço rural acaba por carecer de políticas públicas que beneficiem o produtor rural, sobretudo o agricultor familiar, segundo Marafon (2012). As grandes propriedades ocupam boa parte do território estadual fluminense, e não seria absurdo argumentar que, em sua maioria, têm falta de dinamismo devido ao declínio das grandes lavouras comerciais, que já tiveram papel importante na economia nacional no passado. De outro lado, os pequenos produtores, que têm dificuldade em realizar grandes investimentos em suas posses, se veem na necessidade de se reinventar para sobreviver. Sendo assim, segundo Marafon (Op. Cit.), adotam a pluriatividade como alternativa econômica. Desta forma, além da função agrícola surgem outras atividades que não sejam diretamente ligadas a ela.

Com essa multiplicidade que existe no espaço rural fluminense, os pequenos produtores, que realizam tarefas não agrícolas, buscam se reinventar, trabalhando como caseiros, motoristas, dentre outras funções. Como dito anteriormente, a desigualdade gerada no campo faz com que os pequenos produtores tenham que buscar alternativas de sobrevivência, não se restringindo a realizar apenas uma atividade. Seguindo essa linha de sobrevivência, veem no turismo em espaço rural uma possibilidade de complementar sua renda. Daí, o espaço rural fluminense, fortemente marcado por épocas de relevância econômica a nível nacional, se dinamiza e complexifica, com

atividades e funções não agrícolas que são procuradas por pessoas que não necessariamente residem no espaço rural.

A diversidade produtiva no território fluminense pode ser vista quando se olha para diversas regiões e se veem marcas no espaço rural, tais como a Região serrana e produção de hortigranjeiros, a região norte fluminense e a cultura do açúcar, que pode se ver marcas na paisagem regional, conforme Marafon (2011), além da produção de farinha de mandioca, visto em trabalho de campo feito pelo autor, como forte produção na agricultura municipal. Além disso, há dentro da região metropolitana a laranja de Tanguá, que, inclusive, conquistou o selo de indicação geográfica dentre outros produtos. Há também o vale do paraíba com pecuária, que foi crescendo na região após o fluxo de café caminhar em direção ao estado de São Paulo, ainda conforme Marafon (op. cit.), além da criação de búfalos, visto pelo autor em trabalho de campo, e sendo algo que pode atrair turistas para ver um animal produtivo que não é facilmente visto. Ademais, existe diversidade até mesmo no interior das propriedades. Há casos de produção diversificada dentro das unidades produtivas, sejam nas grandes, ou com o pequeno produtor. Essa característica produtiva de variedade marca o espaço rural fluminense, que, ao contrário dos grandes latifundiários que marcam algumas regiões agropecuárias, mostram a riqueza inerente ao rural do Rio de Janeiro.

Assim, a diversidade no rural fluminense proporciona uma variedade de possibilidades para se explorar o espaço de forma sustentável. Dentre as atividades não agrícolas, o turismo em espaço rural emerge como uma das possibilidades de atrair visitantes e gerarem renda aos produtores. As múltiplas paisagens existentes servem para dar opções a quem quiser visitar este espaço, tendo, no território fluminense, alternativas para se explorar. Como exemplo, além da diversidade produtiva para a experiência no campo, também há outros atrativos, tais como escolas de equitação, pistas de caminhadas ou circuitos de ciclismo, dentre outros.

No presente trabalho há a tentativa de abordar o turismo em espaço rural como forma de captação de recursos, bem como traçar estratégias que possam auxiliar no desenvolvimento dessa atividade no interior do estado do Rio de Janeiro. Para tal, será abordado sobre a pluriatividade no rural fluminense, bem como circuitos turísticos no espaço rural como possibilidade que contribua para o desenvolvimento fora da malha metropolitana, utilizando, principalmente, o conceito de região para nortear a elaboração de circuitos. Desta forma, contribuir para que dificuldades comuns a municípios vizinhos sejam superadas, dando mais dinamismo e colaborando para dar mais visibilidade ao interior.

O trabalho se deu por estudos teóricos, conciliando com trabalhos de campo feitos em diversas regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, visitando inúmeros municípios. Dentre as regiões turísticas visitadas pelo pesquisador estão o Vale do Café, Serra Verde Imperial, Costa do Sol, Costa Doce, Águas do Noroeste, Caminhos da Serra e Caminhos da Mata. Foram vistas potencialidades e dificuldades, dentre as quais algumas serão abordadas ao decorrer do estudo para melhor elucidação.

ESPAÇO RURAL: PLURIATIVIDADE E TURISMO

A escola francesa de sociologia foi importante para o conhecimento do espaço rural, e muito influenciou a geografia brasileira. Sua gênese teve a contribuição de outras ciências, e não se preocupou em ser uma ciência isolada, diferente da escola estadunidense, em não separar a sociologia urbana da rural. Isso contribuiu com estudos rurais, onde, segundo esta perspectiva, conforme Rocha e Silva (2011), o rural passa a ser compreendido como complementar ao espaço urbano, e não mais dicotômico, como na sociologia estadunidense.

As interações espaciais entre o espaço urbano e rural são marcadas por movimentos de resistência, consentimento e imposição. A dinâmica de (re)produção espacial diante de uma lógica de Lefebvre (2006) invade o campo alterando as relações existente entre esses espaços. O que antes era marcado pela dicotomia, ou contradição, agora entre numa lógica de complementaridade e interdependência. As fronteiras que delimitam cada parte do território são cada vez mais difíceis de serem interpretadas.

O espaço rural se torna cada vez mais distinto da descrição do unicamente agrícola, ou da antiga concepção do puramente bucólico. E muitas vezes se funde com algumas características urbanas, ao mesmo tempo que se mantém diferente, com cada espaço preservando suas especificidades. Assim, no campo podem ser vistos alguns tipos de urbanidades, assim como na cidade podem ser vistas algumas ruralidades. Esses cruzamentos afirmam as relações de proximidade entre o rural e urbano. A transformação do rural é um processo de mudança social, em que as economias e as relações sociais rurais se modernizam. Existe o aumento dos setores secundário e terciário no campo, e a cultura também se torna mais urbana. A chegada de telefones celulares, internet, junto com os fatores já citados, ajudam no intercruzamento dos limites urbano e rural.

Todas essas transformações viabilizaram novas funções no espaço rural, dentre as quais aqui se destacará o turismo. O turismo em espaço rural pode se dar de diversas formas, de acordo com o Ministério do Turismo (2010), como de experiência, valorização da natureza, de aventura, dentre outras formas de vivência, que vai impactar nas diferentes sensações que o visitante vai ter, a depender do que se procura. Daí, vem a importância da paisagem rural, que vai servir como atrativo para pessoas de diferentes partes do território.

A paisagem é um dos conceitos essenciais na ciência geográfica. Para Besse (2014), na visão tradicional, a paisagem é uma parte do território que a vista pode alcançar a uma certa distância. Graças a esse distanciamento que a paisagem se apresenta ao expectador, que é de fora do recorte observado. Assim, corresponderia à “implementação de certo sentido e de certa prática do espaço, caracterizado pela visibilidade, pela distância e pela exterioridade” (Po. Cit., p. 244), segundo a perspectiva clássica.

A paisagem possui aspetos visíveis e invisíveis, tendo relação funcional, que podem variar entre si e variando também a paisagem. Dessa forma, é possível diferenciar conceitos fisionômicos (dentro da totalidade, em que se pode observar até mesmo do alto, sendo uma vista de como ela é), e funcionais (resultado da observação de todos os fatores, incluindo-se a economia e a cultura), segundo Troll (1997). Vale ressaltar que o mesmo autor apresenta reflexões acerca do tempo de construção em que foi desenvolvida, conservando estruturas e testemunhos passados, e apresentando marcas de resistência também. Sendo assim, trata-se de um setor da superfície definido por uma certa configuração espacial, resultante de relações externas e internas e do conjunto dos seus elementos. Logo, vê-se que a paisagem não é apenas aquilo que se vê, mas também devem ser consideradas relações pré-existentes e as motivações para sua (re)construção, observando as marcas pretéritas e presentes.

A paisagem é essencial numa sociedade, porque pode propiciar a sensação de conforto, ou de estresse. Neste caso, o lugar pode ser visto como no campo da geografia humanista, onde a fenomenologia supõe um sentido humano, onde as experiências são de suma importância. Ao dialogar com uma perspectiva da ecologia da paisagem, Metzger (2001) aborda sobre a paisagem ser a existência visual e espacial do total do espaço vivido, concordando com Troll (Op. Cit.). Com isso, Metzger defende que as interações humanas com o espaço de vidas influenciam na preservação ambiental. Por esta razão, a paisagem rural emerge como potencial para desenvolvimento sustentável, gerando renda para os produtores e de forma que não agride a níveis inaceitáveis o meio ambiente.

A perspectiva cultural traz a paisagem como o que carrega, em si, uma incumbência de oferecer uma sensação de bem-estar, que chega a ter uma dimensão política. No entanto, também carrega desafios sociais, culturais, econômicos e ambientais, não se restringindo apenas ao campo artístico. Para Besse (Op. Cit.), a noção de bem-estar tá ligada a ausência de elementos que causem, de certa forma, algum tipo de dor e/ou sofrimento. Existe uma sensação de saciedade. Por isso é essencial para que as pessoas se sintam saciadas. Sendo assim, também abrange as esferas da experiência humana, através do simbolismo e afetividade. Então, pode-se argumentar sobre estar em contato com a paisagem. A experiência que essa interação propicia afeta o sistema sensorial, em que as percepções acabam por influenciar no bem-estar de quem vive uma determinada parte da paisagem.

Sobre a paisagem influenciar na vivência e na sensação, Cosgrove (2012) menciona sobre oligarcas fundiários da Inglaterra utilizarem imagens e pinturas para dar a ideia de o campo ser um local de tranquilidade, onde os trabalhadores rurais colhiam com abundância ou descansavam com suas famílias. Tal esforço era para conter os ideais progressistas da revolução francesa – liberdade, igualdade e fraternidade - e que não alterassem a ordem social que os beneficiavam. Essa informação dada pelo autor serve para indagar se a imagem que se tem hoje pela população urbana, de o campo ser um local de descanso, não fora socialmente construída nesta época, e persiste até a atualidade.

O espaço rural é fortemente marcado pela técnica e capital empregado, onde, sobretudo após a revolução verde, a modernização e industrialização da agricultura acentuam a degradação ambiental e se tornam símbolos do campo. No entanto, o espaço rural da agricultura familiar valoriza-se o patrimônio natural, com práticas agrícolas menos agressivas e/ou sustentáveis, e, também, com atividades não agrícolas. Esses fatores atraem fluxos para o campo, seja de turistas e de moradores em busca de segunda residência que visem à tranquilidade que o campo pode proporcionar. Então, se caracterizam novas formas de relação campo/cidade, com a paisagem rural como fator crucial para esta atração. O movimento que busca a tranquilidade no campo é facilitado graças ao aumento de infraestrutura, que viabiliza a chegada de pessoas vindo das cidades que buscam fugir da insanidade que o espaço urbano e, principalmente, metropolitano, proporcionam aos seus residentes, principalmente com violência, trânsito, estresses, dentre outros.

Diante disso, a paisagem rural passa a ser vista como o lugar onde se pode fugir da constante agitação que os ambientes urbano e metropolitano propiciam. Surge como alternativa,

válvula de escape, buscando a tranquilidade que o campo pode fornecer. Ocorre a busca pelo contato com a natureza e a sensação de bem-estar que se pode ter, tendo em vista a imagem construída de sossego que é vendida comercialmente para atrair fluxo de pessoas. Sendo assim, a busca por serenidade vem como possibilidade de se gerar uma fonte de renda para o proprietário rural de forma harmoniosa com o meio ambiente, o que pode estimular a preservação do solo e dos costumes em que a natureza é respeitada.

Sobre essa saída do estresse urbano, Ribeiro (2012) diz que

[c]om o adensamento das malhas urbanas e principalmente, a aceleração do ritmo de vida nas grandes cidades, a cada ano mais cidadãos urbanos criam um sentimento de aversão àquele ambiente tenso da cidade, e isso praticamente os força, se não quiserem sofrer com os problemas de saúde advindos principalmente do stress, a, sempre que tem oportunidade, buscarem seu local de descanso, e muitos deles atingem este ponto realizando uma aproximação com a natureza.

Vê-se, portanto, que o turismo em espaço rural emerge como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável do espaço rural do estado do Rio de Janeiro. A paisagem rural e a sensação que ela viabiliza, de conforto e descanso, juntamente à sua vivência, pode aumentar a renda dos produtores rurais, ao mesmo tempo que beneficia o turista que se achegue ao local buscado. Ressalta-se a diversidade paisagística existente no território fluminense, com a pluriatividade entre os proprietários, tanto com funções agrícolas, quanto atividades não agrícolas.

CIRCUITO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL: UMA ESTRATÉGIA REGIONAL

No espaço rural fluminense existem inúmeros destinos turísticos, dos mais variados tipos, indo desde experiências no campo, até mesmo a turismo de aventuras, com paisagens variadas e sensações experimentadas diferentes. Como exemplo, tem-se, em Nova Friburgo atividades de ciclismo radical com BMX Dirt. Ou fazendas de café, com turismo histórico e/ou pedagógico, além da experiência. Há inúmeras cachaçarias no interior do estado que estão abertas à visitação, além de outras inúmeras potencialidades, que poderiam ser abordadas. No entanto, nem sempre são bem exploradas, ou amostradas ao público. Ações individuais de proprietários, sobretudo pequenos, nem sempre são bem-sucedidas, dificultando a chegada de turistas por não se saber a beleza que há em determinado local.

Diante da diversidade paisagística e oferta de atrativos, em que muitos não se encontram em “prateleiras”, emerge uma estratégia de sistematizar roteiros e consolidar a atividade no interior do estado do Rio de Janeiro, além da metrópole carioca, e não apenas concentrada na capital fluminense. Daí, a elaboração de circuitos turísticos pode ser vista como alternativa de articular os diferentes destinos e atores presentes no espaço em que se instituirá. Neste caso, o rural.

Com essa pluralidade na oferta existente, o circuito turístico poderá ser organizado de forma que articule os atores pertencentes ao território de forma justa, visando não favorecer determinado destino, em detrimento de outro. Como o presente trabalho aborda o turismo em espaço rural, será trabalhado em torno das possibilidades internas a ele. Nesse caso, a possibilidade de conectar os produtores, comerciantes, comunidade local e o poder público, traçando estratégias para atrair turistas, assim como superar possíveis obstáculos existentes.

Para tal, o planejamento se faz extremamente importante, promovendo as relações dos mais variados atores sociais, como dito anteriormente, e visando prever e preencher lacunas nos serviços e projetos, para, então, atingir objetivos satisfatórios. Diante disto, surge a necessidade da descentralização de poder federal sobre o assunto, passando para as escalas estaduais e municipais, além da importância em dar voz ativa a todos os agentes envolvidos, para que durante a tomada de decisões na formação dos circuitos turísticos beneficie a sociedade como um todo, de forma harmônica. Silva (2018), argumenta sobre uma governança participativa e colaborativa, em que a sociedade também contribua para o desenvolvimento, o que seria de grande valia, uma vez que tem conhecimento sobre os problemas que permeiam onde vivem e, tendo suas vozes escutadas, podem auxiliar na identificação e solução de tais gargalos.

Os circuitos podem estar diretamente ligados ao lazer e turismo. Acerca disso, Labigalini (2014, p. 11) argumenta podem ser vinculados diretamente a:

[...] a um tipo de planejamento turístico específico que se pauta no aproveitamento dos atrativos regionais associados à oferta de determinados serviços e infraestrutura (atividades de lazer e recreação, rede hoteleira, atividades comerciais, etc.) que permitam à área turística maximizar os benefícios econômicos (crescimento) e sócio-culturais (desenvolvimento) advindos com o fluxo turístico .

Os circuitos turísticos vão oferecer ao consumidor a possibilidade de explorarem os elementos da cultura local, bem como suas identidades, os bens oferecidos, a historicidade, a materialidade da paisagem, dentre outros fatores. E vão influenciar diretamente no desenvolvimento social e econômico da comunidade local, que se beneficiará com a geração de

empregos, seja direta, ou indiretamente. Os circuitos turísticos no meio rural irão ofertar a tranquilidade do campo, além das belas paisagens naturais nos mais variados lugares.

Desta forma, as políticas públicas e estímulos governamentais são essenciais para atender ao desenvolvimento do turismo, conforme Emmendoerfer (2008). Debater sobre a melhor forma de atrair turistas, bem como mitigar os riscos que tragam efeitos negativos, como por exemplo o crescimento desenfreado, ou o turismo predatório, devem estar em pauta para que se controle os possíveis danos ao meio ambiente, não separando-o da sociedade que nele habita.

Sendo visto como importante na geração de empregos e, por consequência, primordial para dinamizar e movimentar economias, o Estado deve formular políticas públicas para desenvolver o turismo em seu território e trazer benefícios à sua coletividade. É importante ressaltar a relevância da interação entre os diferentes atores, como poder público, iniciativa privada, empresários, estudantes, moradores locais, e demais que estejam presentes.

Isso é possível graças ao processo de redemocratização, que visava descentralizar o poder do ente federal para que se garantisse a democratização da política e gestão pública. Conforme Farah (2010), com a abertura a democracia, após o regime militar, o a descentralização emerge junto com a participação, como ferramenta importante para solucionar problemas locais de forma inovadora e democrática, visando não excluir as classes que antes ficavam às margens das políticas públicas. Portanto, nota-se que o caráter descentralizador atribui responsabilidades aos mais variados atores do espaço geográfico, em diferentes escalas. Assim, com as atribuições distribuídas de forma horizontal, o desenvolvimento sustentável e participativo é possível onde essa gestão fosse aplicada.

Em um contexto municipal três atores irão atuar de forma relevante. Sendo eles a propriedade privada – constituída por empresas e proprietários de terra que visam maximizar seus lucros; Poder público – com seus órgãos e que visam propiciar bens e serviços coletivos à população para o desenvolvimento local; e a sociedade civil organizada- seja por organizações não governamentais (ONGs) ou associações, servem, sobretudo, para que as negociações não tomem um rumo majoritariamente privatistas e monopolistas quando conduzidas pelos empresários.

Nota-se, portanto, o caráter de descentralização na governança territorial, atribuindo responsabilidades aos mais variados atores que atuam no espaço geográfico, nas diferentes escalas, da nacional à local. Assim, a tomada de decisões não é realizada apenas pelo governo central, ao contrário, amplia-se para os demais participantes e atuantes no recorte geográfico em

questão. Assim, distribui-se responsabilidades, para que todo o processo seja para um desenvolvimento colaborativo e participativo, por quem atuará nos circuitos turísticos.

Contudo, existem dificuldades que são comuns em alguns municípios. Dentre elas, podem estar pouca infraestrutura ofertada, em que existe baixa disponibilidade de placas de sinalização, pouco – ou nenhum- sinal telefônico, estradas de má qualidade, dentre outros. Levando em consideração que no espaço rural existem estradas que não são asfaltadas, há certo impasse no acesso, sobretudo em épocas de chuva, onde se pode atolar um veículo que esteja passeando. Tais problemas não se restringem ao recorte territorial municipal, mas comum a mais de um. Por esta razão, defende-se, aqui, que o circuito atue de forma a articular o(s) território(s) com a(s) região(ões).

O território se define mais especificamente a partir de uma ótica em que se prioriza em um determinado espaço e coloca o foco em seu interior dentro dessa dimensão espacial, conforme Haesbaert (2010). Aqui, não seria utilizado o conceito meramente como categoria de análise, mas também como esfera de atuação, onde se reconhece que ocorrem as relações de poder, mas que se pretende trabalhar que sejam de forma colaborativa. Assim, as ações não se limitariam ao interior de um território como recorte administrativo na escala municipal, mas de forma que a atuação se amplie para as territorialidades que estejam também em seu entorno, podendo abranger municípios vizinhos.

Nesse sentido, defende-se aqui a retomada do conceito de região na ciência geográfica. Para Haesbaert (Op. Cit.), o conceito de região sempre vai estar relacionado com outros para uma melhor definição, e o que melhor orbita é em torno do conceito de território. Ambos orbitam, nessa lógica de constelação, em torno do espaço. Segundo o autor, o caráter dos conceitos não está na distinção, na separação de outros conceitos. Assim como a sua identidade não se define pela clareza na concepção que impõe a outro, mas pela definição que um outro conceito atribui ao primeiro. Em outras palavras, as identidades devem ser trabalhadas superando os limites, indo para além das fronteiras, e as vezes rompendo com uma tentativa incessante de delimitar bem um conceito que se queira trabalhar. Sendo assim, rompe-se o limite ao ponto em que os conceitos irão atuar juntos, como num ponto de interseção. O autor cita uma perspectiva associativa, ou integradora, em que não há uma separação entre os conceitos de território e região, e, por vezes, acontece de um ser percebido como “estando dentro” do outro, de forma que se integrem. Como se estivesse imbricado um ao outro, estabelecendo ligação estreita entre si.

Há quem defenda que o conceito de região é mais abrangente que o de território, já que o primeiro envolve recortar espaços em unidades coerentes conforme critérios variados. Quando o critério é de ordem política, se compreende como território. Também existem as perspectivas em que o território é mais abrangente que a região, embora seja menos numeroso, segundo o Haesbaert (Op. Cit.). Nessa concepção existe a natureza política, em que o Estado-nação aborda o território como seu espaço de jurisdição, e a região é uma escala de estratégia para manter esse domínio. Ainda assim, é pertencente ao poder do estado. Aqui não se defenderá qual a maior abrangência, mas a articulação conceitual e como estão relacionados um ao outro. Nesse sentido, o autor prossegue, argumentando que:

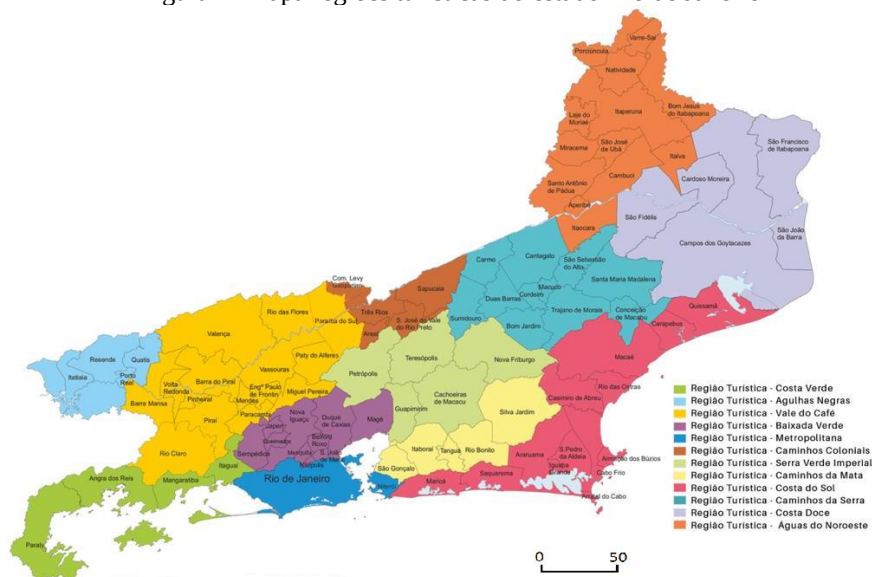
[...]o que define cada conceito, em primeiro lugar, é a problemática à qual ele está ligado: a região respondendo também a uma questão de ordem teórico-metodológica, a análise da organização e diferenciação do espaço geográfico (e seu “recortamento”), mas que inclui, obviamente, a própria natureza prática dessa articulação/diferenciação. Esteja ela ligada a fenômenos como a divisão espacial (inter-regional) do trabalho, os regionalismos ou as identidades regionais; o território, por sua vez, dirigido à questão das relações entre espaço e poder (se quisermos, um dos elementos centrais para aquela diferenciação e articulação” regional), em suas diversas manifestações (desde o poder em seus efeitos mais concretos até suas manifestações mais simbólicas)” (Op. Cit. p.178).

Desta forma, busca-se promover o desenvolvimento articulando as escalas territorial e regional, abordando de forma associativa os dois conceitos geográficos para melhor pensar num desenvolvimento participativo e equânime. Para melhor exemplificar a maneira proposta de articulação, parte-se do recorte fluminense, onde existe, em quatro municípios de três regiões turísticas diferentes, a atividade de observação de pássaros, que atrai turistas vindo até mesmo de fora do país, conforme visto em trabalho de campo nos três recortes municipais com os representantes de turismo dos municípios em questão. Informações sobre a atividade também foram adquiridas em contato com as propriedades, após informações levantadas, nos casos da RRPN Reserva Bom Retiro, de Casimiro de Abreu, e o Sítio Virtuoso, em Nova Friburgo. Trata-se de Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu, da região da Serra Verde Imperial, Silva Jardim, da região turística Caminhos da Mata e Casimiro de Abreu, da Costa do Sol. Sendo assim, como pensar em desenvolver e proteger a fauna e flora dos municípios que fazem limite um com outro apenas na perspectiva territorial, levando o conceito a partir de uma perspectiva administrativa, se a atividade é comum aos quatro, e não a apenas um? Da mesma forma, como pensar em uma característica regional, se são quatro municípios em três regiões turísticas diferentes? Outra

indagação pertinente seria em considerar esse desenvolvimento regional com a fixidez do conceito, se até mesmo as regiões turísticas são diferentes?

O pretendido não é romper com a autonomia do limite territorial, mas articular os interesses em comum com municípios vizinhos, de forma que a forma de ocupação e uso do solo (que no exemplo citado está em foco a atividade de observação de pássaros. Dessa forma, a preservação ambiental é essencial para que se tenha continuidade frente à possível devastação da fauna, que irá causar impactos na flora e, por consequência, na prática em questão) seja mantida. O interesse não se restringiria a apenas um município, mas aos quatro, tendo em vista que a observação de pássaros acontece em todos eles mencionados. Diante disso, como preservar a atividade de forma que não apenas se busque a manutenção, mas se torne ainda mais atrativo para turistas que a estejam buscando? Nesse sentido, a articulação território região se faz importante. São duas regiões turísticas diferentes, então, em tese, uma não teria “domínio” sobre a outra, da mesma forma que são quatro municípios diferentes, onde um não tem autonomia sobre o outro, embora todos se beneficiem da chegada de turistas. Com isso, defende-se que a criação de circuitos seja intermunicipal, articulando características semelhantes de municípios diferentes, seja em uma microrregião, ou rompendo com a dualidade território x região. Abaixo, está o mapa de turismo do Rio de Janeiro para melhor compreensão.

Figura 1- Mapa regiões turísticas do estado Rio de Janeiro

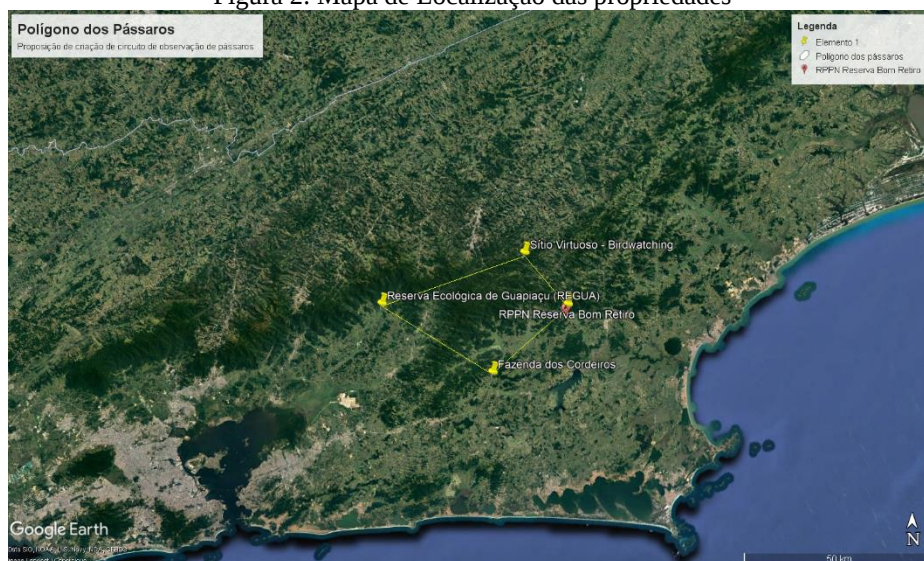


Fonte: Adaptado de Rio de Janeiro (2010)

Nota-se, no mapa, que os municípios fazem um polígono entre si, onde ambos estão em proximidade uns com os outros. É importante observar que as linhas destacadas não são recortes

territoriais, mas rodovias que interligam o território fluminense. As propriedades mencionadas anteriormente são Fazenda dos cordeiros, em Silva Jardim, Reserva Ecológica Guapiaçu (REGUA), EM Cachoeiras De Macacu, Sítio Virtuoso – Bird Watching, em Nova Friburgo, e RPPN Reserva Bom Retiro em Casimiro de Abreu. Abaixo, um mapa que melhor representa a localidade das propriedades de observação de pássaros, com a formação de um polígono, que se propõe a chamar de polígono dos pássaros.

Figura 2: Mapa de Localização das propriedades



Fonte: Feita pelo autor

Diante da necessidade de preservar o meio ambiente e desenvolver atividades econômicas, como a observação de pássaros, aqui se defende a criação de circuito turístico em microrregiões, em que se articulam os municípios participantes, bem como os atores neles presentes de forma participativa, e que os conceitos de região e território estejam imbricados, e não dissociados. Assim, pensar no desenvolvimento como forma integradora e participativa, e não como de responsabilidade dos municípios de forma separada. Isso se dá, também, pelas dificuldades em comum que eles têm, que, juntos, podem unir forças para conseguir superá-las e, até mesmo, propor ações de melhoria territorial/regional.

Voltando a temática do turismo em espaço rural, a organização por circuitos, a partir do planejamento organizado entre si, com parcerias, principalmente, entre as comunidades, governos e empresários, além dos demais presentes na região-território, estaria vinculada ao trabalho em função do desenvolvimento local e regional. Sendo assim, com a disponibilidade de pontos

turísticos em uma “prateleira”, dinamizar o turismo no espaço rural e aumentar a captação de recursos municipal e social.

De acordo com Fuini (2014), no estado de São Paulo (SP) os circuitos turísticos são estruturas formalizadas, definidas por lei, onde agentes públicos e privados participam para gerir o desenvolvimento turístico nos municípios em que fazem parte do circuito. São, portanto, uma forma de governabilidade. Os agentes que participam são:

- União: Norteia a descentralização regional e municipal, transferindo a responsabilidades, receitas e orientações técnicas.
- Estado: Como unidade federativa, e vai definir as características de um circuito turístico sob sua jurisdição, assim como estabelecerá políticas para orientar, qualificar e financiar municípios e atores para administrarem o turismo.
- Município: Participará do circuito e executará a política de turismo, estabelecendo as relações de comunicação entre os agentes envolvidos.

Assim sendo, defende-se, aqui, a criação de uma gestão independente, que faça a devida articulação de forma justa. Dessa maneira, tendo um gestor, articularia o poder público (em prol das resoluções de problemas e melhorias para o espaço rural), os empresários e a sociedade civil, cada um com sua esfera de responsabilidades. Além disso, poderiam ser discutidos questões culturais, sociais, econômicas, estruturais, e adicioná-las ao planejamento estratégico, melhorando as condições nas regiões em questão. Para Emmendoerfer (Op. Cit.), depois de formado e regulamentado o circuito turístico deve ter autonomia para sua condução, tendo uma gestão própria para elaborar relatórios que visem seu crescimento. Embora o poder público acompanhe o circuito, não intervém nas decisões. No entanto, visando alcançar melhores resultados, orienta-o, traçando estratégias que estimulem ainda mais o setor. Dada esta ação conjunta, pensam o espaço coletivamente para seu desenvolvimento sustentável.

A regionalização do Turismo feita pelo Ministério do Turismo em 2013 já prevê uma gestão descentralizada do turismo, para que sejam articuladas as demandas do setor, ao mesmo tempo que viabilize a participação social. Sendo assim, irá elaborar estudos para fortalecer o turismo, além de dar suporte para a organização dos municípios em regiões turísticas e articular e fortalecer as estruturas setoriais e institucionais, dentre outros fatores. Além disso, poderá promover e monitorar planos estratégicos para que a prática turística se fortaleça, como capacitar a mão de obra em locais que tenham escassez na qualidade dos serviços prestados.

Segundo o Ministério do turismo (2013) é necessário avançar com a gestão compartilhada de forma consensual e coletiva, gerando oportunidades de emprego, incentivando práticas de empreendedorismo (sem deixar de lado a capacitação dos que se dispuserem a tal prática), a participação e diálogo com a sociedade, incentivando inovações, dentre outros fatores. Segundo o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, a regionalização emerge como estratégia que tem potencial para nortear esse planejamento descentralizado e compartilhado, até por fomentar a qualificação e cooperação entre os atores presentes na busca pelo protagonismo turístico nas regiões.

Sendo assim, o modelo inicial defendido é que se monte um roteiro prévio, com os destinos em cada município e suas atividades disponíveis. Seriam selecionados proprietários dentro do espaço rural que queiram participar e que disponibilizem sua propriedade ao turismo. A partir daí, articular os destinos com a sociedade civil, que irá influenciar na cultura e costumes, além do conhecimento local, e com o poder público, que irá atuar em prol de melhorias e resolução de possíveis gargalos. Ressalta-se o caráter intermunicipal, em que os municípios podem atuar juntos para resolver problemas que sozinhos têm dificuldades. Então, com todas as partes conectadas, eleger uma gestão para que faça as conexões necessárias para a estruturação e evolução do circuito turístico no espaço rural.

CONCLUSÕES

Pode-se respeitar a particularidade de cada local e pensar em desenvolvimento sustentável. O turismo não deve se restringir à região metropolitana, tendo em vista a disponibilidade e riqueza que tem o interior, sobretudo o espaço rural, que podem ser explorados de forma mais proveitosa, dinamizando e trazendo mais fluidez ao território. Desta forma, desde a agricultura respeitando a regeneração ambiental até práticas de pluriatividade, como o turismo, foco deste trabalho, as maneiras de geração de renda e emprego necessitam de estímulos, para quem ganhem mais força no interior. Para isso, viabilizar a qualificação de produtores para receberem os turistas, assim como investir na rede hoteleira em municípios onde não haja capacidade suficiente é extremamente importante para que se alcance o ideal para receptividade turística.

Sendo assim, a paisagem rural, que é bastante diversificada, tendo complexos agroindustriais, produções familiares, e atividades não ligadas à agricultura (o que evidencia sua

pluriatividade) deve ser mais explorada. No entanto, para que seja melhor aproveitada, existe a necessidade de atuação dos diversos poderes, nas diferentes escalas, para que haja um ambiente mais adequado para o desenvolvimento sustentável, favorecendo os atores que existam nesse espaço em questão.

Além disso, existem algumas dificuldades que devem ser superadas. Dentre elas, pode-se destacar a falta de articulação entre os produtores rurais, o que pode ocasionar em menos força para conseguirem melhorias e investimentos, como por exemplo em infraestrutura. Isso acabaria por facilitar tanto a chegada de turistas, como o escoamento de sua produção, podendo potencializar sua arrecadação.

No entanto, a falta de articulação não se restringe apenas aos produtores. Em trabalho de campo em algumas regiões do estado do Rio de Janeiro ao longo de 2021, e parte de 2022, observou-se que poucas vezes os municípios se articulam entre si. Muitas vezes atuam visando estratégias para sua área de poder, visando unicamente seu território. Tal prática nem sempre é eficaz, tendo em vista que pode acontecer situações em que não se tenha força para conseguir recursos para investimentos, ou sanar dificuldades que sejam comuns a municípios limítrofes. Também foi visto que há escassez de placas de sinalização, que conduzam até locais mais interioranos, além de infraestrutura rodoviária de má qualidade, com buracos e partes de estradas de chão que dificultam o acesso. Essas dificuldades poderiam ser melhor combatidas com a junção de forças dos municípios pertencentes a uma mesma região, que, articulados entre si, perceberiam e tentariam combater essas dificuldade juntando forças, com maior possibilidade de solução.

No entanto, a burocratização que há no poder público pode acabar impossibilitando algumas iniciativas. Por isso, é importante pensar em uma forma de descentralização de poder, onde não apenas o poder público defenderia os interesses de um município ou de uma região, mas também os demais atores presentes nos territórios, com uma gestão participativa. Sendo assim, a partir de uma articulação entre as diferentes esferas de atuação - pública, privada e civil – buscar melhorias para que a região como um todo se beneficiasse com as melhorias necessárias para o desenvolvimento. Acredita-se que assim se poderia subsidiar o aumento do turismo, dadas às facilidades que permitiriam mais conforto e segurança ao visitante de se achegarem aos locais desejados.

A superação da dicotomia entre território e região seria importante, para que, atuando de forma imbricada – quanto ao planejamento, haja maior participação e luta pelo desenvolvimento

sustentável, aumentando a capacidade de arrecadação e atratividade municipal. Como debatido ao longo do texto, municípios que tenham algumas características em comum podem preservar suas particularidades e pensar em desenvolver seu território ao se articular com outros, e, com uma gestão participativa/colaborativa, propiciar um ambiente mais favorável aos produtores existentes, além de toda a sociedade civil.

Sendo assim, a proposição de circuitos turísticos no espaço rural poderia auxiliar na articulação entre os atores presentes no território, que, ao se mobilizar em escala intermunicipal, poderiam conseguir avançar mais com o turismo e impulsionar outras atividades. Essas ações tenderiam a dinamizar não apenas o segmento turístico, mas todo o espaço rural, que se beneficiaria de possíveis melhorias em infraestrutura, facilitando o escoamento de sua produção, além de melhorar as conexões com a cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. In: Glaucio José Marafon; Marcelo Cervo Chelotti; Vera Lúcia Salazar Pessôa. (Org.). Temas em Geografia Rural. 1ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019, v. 1, p. 185-203.

BERDEGUÉ J. A. y PROCTOR F. J. Ciudades en la Transformación Rural. Serie Documentos de Trabajo N° 130. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2014.

Brasil. Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Brasil. Ministério do Turismo. (2013). Plano Nacional de Turismo 2013-2016: “O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil”. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/PNT_2013-2016.pdf. Acessado em 19/12/2022

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do turismo Diretrizes. Brasília, 2013. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf acessado em : 18/12/2022.

BESSE, J -M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online) São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.

EMMENDOERFER, L.. A Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. *Revista Turismo em Análise*, v. 19, p. 221-240, 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Ciência ajuda laranjas da região fluminense de Tanguá a conquistar selo de indicação geográfica. 2022. Disponível em:< <https://blog.fastformat.co/como-fazer-citacao-de-artigos-online-e-sites-da-internet/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20NBR,%2C%20volume%2C%20n%C3%BAmero%20ou%20fasc%C3%ADculo>>. Acessado em: 26/10/2022

FARAH, M. F. S. Gestão Pública Municipal e Inovação no Brasil. In: Christina W. Andrews; Edison Bariani. (Org.). *Administração Pública no Brasil: Breve História Política*. 1ed.São Paulo: UNIFESP, 2010, v. 1, p. 145-183.

FUINI, L. L. Circuitos turísticos no Brasil: governança e políticas públicas. *Revista Geográfica Venezolana*, v. 55, p. 45-67, 2014.

HAESBAERT, R.. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 1. 208p .

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MARAFON, G. J.; Gabriel Bias-Fortes ; SEABRA, R. S. As relações campo/cidade e rural/urbano no século XXI. In: Glaucio José Marafon, Marcelo Cervo Chelotti, Vera Lucia Salazar Pessoa. (Org.). *Temas em Geografia Rural*. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, v. 1, p. 155-184.

MARAFON, G. J.; PESSOA, V.L. S.; CHELOTT, M. C. . O trabalho de campo como investigação do meio rural brasileiro. In: Glaucio José Marafon, Marcelo Chelotti, Vera Lucia Salazar Pessoa. (Org.). *Temas em Geografia Rural*. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, v. 1, p. 255-272.

MARAFON, G. J.; SANTOS, A. P.(Org.); Maria Josefina G Santanna (Org.) . Rio de Janeiro: um território em mutação. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2012. v. 1.000. 344p .

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. C. . Geografia do estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. v. 1000. 167p .

METZGER, J. P.. O que é ecologia de paisagens?. *Biota Neotropica*, Campinas, SP, v. 1, n.1/2, p. 1-9, 2001.

RIBEIRO, A. C. N. Turismo em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro: O exemplo do Ecoturismo no Município de Teresópolis - RJ. **In:** MARAFON, J. M.; RIBEIRO, M.A. **Revisitando o Território Fluminense IV**. Rio de Janeiro: Gramma, 2012. p.37-68.

RIO DE JANEIRO, Governo do Estado. Cidades Maravilhosas. Disponível em: <<http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/>>. Acessado em: 27/10/2022.

RIO DE JANEIRO. Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável (PDITS)-Polo Serra. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/PDITS/PDITS%20Rio%20-%20Polo%20Litoral.pdf> . Acesso em: 11/03/2023.

ROCHA, F. G.; SILVA, C. A. . Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. Cuadernos de Geografía, v. 20, p. 9-19, 2011.

SILVA, A. C. P. Governanças cooperativas: desafios para gestão do território metropolitano fluminense. In: Rückert, Aldomar; Silva, Augusto César Pinheiro da; Silva, Gutemberg de Vilhena. (Org.). Geografia política, geopolítica e gestão do território: a integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas. 1ed.Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, v. 1, p. 147-163.

TROLL, C. **A paisagem geográfica e sua investigação**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n.4, p. 01-07, julho-dezembro, 1997.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. Estudos, sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 12, n1, pp 71-94, 2004a.